

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

MARIANA WEBER DIAS

**EMPODERAMENTO E AUTONOMIA DAS MULHERES
BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
EM PORTO ALEGRE:
O caso da Restinga**

**Porto Alegre
2015**

MARIANA WEBER DIAS

**EMPODERAMENTO E AUTONOMIA DAS MULHERES
BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
EM PORTO ALEGRE:
O caso da Restinga**

Monografia apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais
pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Marx

**Porto Alegre
2015**

CIP - Catalogação na Publicação

Weber Dias, Mariana
Empoderamento e autonomia das mulheres
beneficiárias do Programa Bolsa Família: O caso
Restinga / Mariana Weber Dias. -- 2015.
48 f.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Marx.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Programa Bolsa Família. 2. Mulher. 3.
Empoderamento. I. Marx, Profa. Dra. Vanessa ,
orient. II. Título.

MARIANA WEBER DIAS

**EMPODERAMENTO E AUTONOMIA DAS MULHERES
BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
EM PORTO ALEGRE:
O caso da Restinga**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharela em Ciências Sociais pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 17 de Dezembro de 2015.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Vanessa Marx
(Orientadora - UFRGS)

Profa. Dra. Lígia Mori Madeira
(Examinadora – UFRGS)

Profa. Dra. Letícia Maria Schabbach
(Examinadora – UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente as pessoas queridas que estiveram comigo nessa etapa e em tantas outras. Primeiramente aos meus pais, cujo apoio e amor foram fundamentais para realização dessa etapa. A minha mãe Márcia, minha grande companheira de vida, a ela meu amor mais puro e eterna gratidão. Ao meu pai Júlio que sempre me incentivou a estudar e ser feliz, meus mais sinceros agradecimentos e todo meu amor. Ao meu irmão Lucas, que sempre foi meu mais fiel amigo e de quem sinto um orgulho enorme.

Aqui também agradeço a minha segunda família, aquela que ganhei de presente da vida, aos meus sogros que carinhosamente chamo de Rô e Pastor, meu muito obrigada, vocês também são parte essencial da minha vida. Para o meu companheiro de vida, amor que ganhei e cultivo, que aguentou cada etapa desse ano tumultuado e de tantos outros. Obrigada Gui, te amo sempre.

Aos meus mais que queridos e amados colegas que conheci nessa jornada, e que hoje são fundamentais para mim. A Ana Julia, Bianca, Daniel e Monique. Meu muito obrigada! Seguimos juntos pela vida. Amo vocês!

A minha orientadora Profa. Dra. Vanessa Marx, cuja dedicação, conselhos e orientações foram fundamentais para construção desse trabalho. Meu muito obrigada pelo conhecimento compartilhado.

Ao lugar que me acolheu e foi fundamental em diferentes momentos, a Casa Espírita Caravaneiros da Fraternidade. E para aqueles que lá carinhosamente me ajudaram.

As minhas entrevistadas, que sem elas nada disso seria possível.

E por fim, mas não menos importante, ao pessoal da Biblioteca Central da UFRGS, lugar em que trabalhei meu último ano de faculdade. Pela paciência nas ausências, pelas conversas acalentadoras e pelo carinho que sempre recebi. Aos amigos que lá fiz.

RESUMO

O presente estudo tem como tema a mulher e seu papel dentro da sociedade atual no contexto da desigualdade social brasileira. Seu objetivo é o de investigar a mulher dentro do programa de política social Bolsa Família tendo como foco dois pontos principais: a autonomia da mulher dentro do âmbito privado e a autonomia no âmbito público conquistada através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). O estudo justifica-se pela relevância das políticas sociais voltadas para a diminuição da desigualdade social e nas mudanças que essas ações geram na vida das mulheres beneficiárias, como a autonomia da mulher e seu papel na sociedade. O estudo também releva a importância do papel da mulher na sociedade e a sua autonomia. Para construção do estudo foram analisados esses aspectos dentro do contexto da desigualdade social brasileira e as dificuldades que essas mulheres encontram ou não para terem uma autonomia feminina. Buscou-se entender como as mulheres analisadas sentem – se em relação ao Programa Bolsa Família no que tange a autonomia pública e privada. Para isso, foram realizadas entrevistas com as beneficiárias do Programa Bolsa Família na cidade de Porto Alegre, no bairro Restinga.

Palavras- chaves: Bolsa Família, Autonomia, Mulher, Desigualdade Social.

ABSTRACT

This study has as its main theme the role of woman in the current society considering the social Brazilian inequality. The main objective is to investigate the role of woman in the social political program Bolsa Família perspective, focusing on two main points: the autonomy of woman on the private ambit and its autonomy on the public ambit achieved through Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). This study is based on the relevant social politics towards reducing the social inequality, and also, the changes that these actions originate in the life of the beneficiary women, such as the autonomy of woman and one's role in the society. The study is also relevant due to the importance of the role of woman in the society and its autonomy. Aiming to achieve the established objectives, the mentioned aspects were analyzed in the context of the Brazilian social inequality as well as considering the difficulties that these women experience on owning a feminine autonomy. It was investigated how the participant women of the study feel towards Bolsa Família considering their autonomy and independence as women. In order to accomplish this task, it was performed interviews with the beneficiary women of the program Bolsa Família in the city of Porto Alegre, in the neighborhood of Restinga.

Keywords: Bolsa Família, Autonomy, Woman, Social Inequality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: A MULHER NO MUNDO PRIVADO E NO PÚBLICO	14
1.1 A mulher e a sociedade: Uma análise histórica de desigualdade de gênero.....	14
1.2 Empoderamento: Uma discussão entre o mundo privado e o público	17
CAPÍTULO II: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O PRONATEC.....	20
2.1 O Programa bolsa família e suas condicionalidades	20
2.2 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).....	26
CAPÍTULO III: A AUTONOMIA FEMININA: UMA VISÃO DAS BENEFICIÁRIAS	28
3.1. As beneficiárias, suas vozes e o trabalho para <i>elas</i>	28
3.2 As beneficiárias e o mundo privado	36
CAPÍTULO IV: CONCLUSÕES	39
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICES	45
APÊNDICE I- Roteiro de entrevista – Beneficiárias do Bolsa Família	
APÊNDICE II - Termo de compromisso com as entrevistadas	

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Perfil das Beneficiárias entrevistadas.....	29
Tabela 1 - Perfil das Beneficiárias do RS Mais Igual segundo Observatório de Políticas Sociais do Estado do Rio Grande do Sul.....	29
Tabela 2 - População economicamente ativa – IBGE, outubro de 2015.	32

INTRODUÇÃO

O papel da mulher na sociedade, o empoderamento feminino e a desigualdade social são assuntos diretamente ligados à realidade brasileira hoje. Dentro do contexto recente de mudanças e avanços sociais a mulher vem se destacando. Sua autonomia e poder de decisões dentro da família têm contribuído para esse processo. Além disso, dentro de famílias de baixa renda, vê-se crescer a autonomia da mulher, seja na tomada de decisões perante os filhos ou, a mulher como fonte de sustento da família.

No Brasil vivemos em uma realidade desigual e que carece de programas e incentivos que ajudem a diminuí-las. O papel do Estado é fundamental para desenvolver ações que busquem incentivos e soluções para essa realidade. Nesse contexto as políticas sociais são de grande relevância, e se constituem em um subconjunto de políticas públicas realizadas pelo governo, com o intuito de proteção social através da distribuição de benefícios para famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

A política pública é a revelação da ação do Estado em determinado período histórico, estabelecida por um governo constituído por um conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo. (HÖFLING, 2001, p.2)

Dentro das políticas sociais estão os programas de transferência de renda. No Brasil eles surgiram a partir de iniciativas municipais e ao longo do tempo foram se disseminando através de ações do governo federal (RABELO, 2011).

Hoje um Programa de transferência que está em evidência, por sua ampla cobertura no Brasil, é o Programa Bolsa Família. Ele funciona com o objetivo principal de beneficiar famílias com renda familiar inferior a R\$77,00 mensais, e atua dentro do Plano Brasil sem Miséria.

O Plano Brasil sem Miséria foi criado para superar a extrema pobreza no país, sempre tendo em vista que a pobreza não se resume a uma questão de renda. Segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso a água e energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho são algumas das dimensões em que a pobreza se manifesta. E todas elas são prioridades no Plano. (Ministério do Desenvolvimento Social, 2015).

Dentro do Programa Bolsa Família encontra-se um fator fundamental para construção do estudo: a quantidade de mulheres que recebem o auxílio em relação à de homens. No Brasil, no ano de 2015, dentro do Programa Bolsa Família, a porcentagem de mulheres que recebem o auxílio é de 56,2%, em comparação aos 43,8% de homens. MDS (2015) No Rio Grande do Sul esse dado se confirma, 57,2% são mulheres, enquanto 42,8% são homens. A cidade de Porto Alegre comporta o maior número de beneficiários do Programa no RS. São 49.702 famílias cadastradas, sendo 11,6% mulheres as responsáveis por receber o auxílio e 10,1% homens, em um total retirado da porcentagem de todo o estado MDS (2015). Como se pode observar no estado do RS, o número de mulheres beneficiárias demonstra um valor maior que o total do país, o que justifica a escolha do estudo, às mulheres beneficiárias como ator principal de análise. No caso específico, serão analisados dados das beneficiárias do bairro Restinga, localizado em Porto Alegre. Estima-se que esses dados se confirmem.

Estes dados poderiam indicar que fatores como o acompanhamento das condicionalidades do Programa, que consistem em uma série de obrigações com os filhos e a responsabilidade com a família, e dariam a mulher um maior protagonismo.

Além disso, esse Programa conta com mais uma variável que constrói o estudo, a inserção das mulheres beneficiárias dentro do mercado de trabalho, e a continuação de seus estudos. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) é vinculado ao Bolsa Família, e disponibiliza mais de 600 cursos profissionalizantes gratuitos em todo Brasil. Ele faz parte do Plano Brasil sem Miséria MDS (2015). O público alvo do PRONATEC são os jovens a partir de 16 anos, e adultos cadastrados no Cadastro unificado das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Dado o contexto da desigualdade no Brasil, do Programa Bolsa Família, e do papel da mulher dentro do Programa é que o problema de pesquisa é proposto. O objetivo do problema de pesquisa é de investigar como o Programa Bolsa Família influi na vida das mulheres beneficiárias, e se o programa ajuda a promover uma autonomia nessas mulheres. O problema visa dois aspectos principais: a questão da autonomia das mulheres no mundo privado, em suas famílias, e a questão da autonomia no mundo público, através do acesso ao PRONATEC.

Para concluir tal objetivo, foi utilizado como embasamento teórico o conceito de empoderamento, a partir de SEN (2000) com o papel da mulher na condição de agente social.

SEN (2000) discute a questão da *condição de agente e bem-estar* das mulheres na promoção das mudanças sociais e ZORZI (2008) através do conceito de empoderamento.

A justificativa, para o estudo, está baseada na relevância das ações governamentais para diminuição da desigualdade social, e nas mudanças que essas ações geram na vida das beneficiárias. Além disso, estudar o papel da mulher e seu empoderamento, bem como superar as privações de liberdades através do Bolsa Família, justifica-se na medida em que gera o desenvolvimento de capacidades das pessoas pobres e excluídas socialmente (SEN, 2000). Além de mostrar a mulher como protagonista nas decisões do âmbito familiar, na administração de recursos e no âmbito público com incentivo a continuidade de seus estudos.

A metodologia utilizada para elaboração desse estudo teve inicialmente caráter quantitativo, através de fontes já existentes, como o banco de dados do MDS e IBGE, e para aprofundar algumas questões utilizou-se o caráter qualitativo. Em um primeiro momento foi realizado um levantamento dos dados referentes à quantidade de beneficiários em Porto Alegre, que foi realizada através das bases de dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e também do número de famílias atendidas na região estudada. A região escolhida para o estudo foi a do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Restinga, bairro de Porto Alegre. Tendo em vista que os dados quantitativos não englobavam o caso específico do estudo, foi necessário utilizar o método de entrevistas. Foram realizadas entrevistas do tipo semi - estruturadas, que segundo PINTO e GUAZZAELI (2008) o método de entrevistas é muito utilizado em casos em que os dados fornecidos acerca do assunto estudado não forem suficientes para análise. Também se utiliza esse método de entrevistas semi- estruturadas visando o caráter narrativo das respostas dos entrevistados. Foram realizadas oito entrevistas seguindo o critério: entrevistar somente mulheres e que estavam recebendo o Bolsa Família. Em um primeiro momento ocorreu a tentativa de realizar as entrevistas no CRAS Restinga, porém não foi possível aplicar as entrevistas no local, pois a aproximação com as beneficiárias era muito dificultada, pois elas parecem desconfiadas e com um certo receio sobre a proposta de responder a entrevista. Logo após essa primeira tentativa, em um segundo momento, foi procurado um local no bairro Restinga em que tivessem beneficiárias, mas que elas se mostrassem mais acessíveis. Com isso as entrevistas foram aplicadas em uma organização que trabalha no bairro, a Sociedade Espírita Caravaneiros da Fraternidade (SECF), entidade que atua dentro do bairro auxiliando os moradores, com doações de alimentos, roupas e utensílios

domésticos. O universo de pesquisa se restringiu às famílias ali atendidas, e também nos CRAS da região.

BOURDIEU (2010) escreve que para construção do objeto:

Não é possível evitar a tarefa de construir o objeto sem abandonar a busca por esses objetos pré- construídos, fatos sociais separados, percebidos e nomeados pela sociologia espontânea ou “problemas sociais” cuja pretensão a existirem como problemas sociológicos é tanto maior na medida em que têm mais realidade social para comunidade dos sociólogos. (BOURDIEU, 2010. p. 47)

Após essa primeira etapa do problema de pesquisa, da justificativa e da metodologia, foram construídas as hipóteses a serem verificadas na pesquisa de campo. O estudo partiu da hipótese: de que as beneficiárias se empoderaram através do recebimento do benefício, gerando autonomia nas ações dentro do âmbito privado, mais que no âmbito público, através do PRONATEC.

Dada à construção das etapas do processo, o estudo se propõe a investigar o problema de pesquisa a partir de três capítulos. O primeiro baseia-se em contextualizar teoricamente o papel da mulher dentro da sociedade, visando mostrar as transformações ao longo das décadas, através da autonomia econômica com o Programa Bolsa Família.

O segundo capítulo busca apresentar como o Programa Bolsa Família funciona e tem influência na vida das mulheres estudadas. O foco seria mostrar o Programa PRONATEC e como através dele as beneficiárias poderiam ganhar autonomia no âmbito público, com a continuidade de seus estudos.

O terceiro capítulo busca mostrar a *voz das beneficiárias*, através das entrevistas realizadas em campo, verificando a ligação das beneficiárias do Programa Bolsa Família com o PRONATEC.

No quarto, e último, capítulo são apresentadas as considerações finais do estudo.

CAPÍTULO I: A MULHER NO MUNDO PRIVADO E NO PÚBLICO

Para ilustrar o objeto do estudo, o Programa Bolsa Família (BF) e a sua relação com as mulheres, se faz fundamental elaborar uma análise da conjuntura histórica da desigualdade de gêneros. Tendo em vista que dentro do Programa BF a mulher é ator principal, a quem é destinada, em mais de 50% dos casos, a responsabilidade de receber o auxílio MDS (2015), isto poderia gerar uma autonomia às mulheres de baixa renda. Essa autonomia parte da tomada de decisões dentro do mundo privado, ou seja, dentro da família, nas decisões em o que comprar, em como usar o auxílio para outros fins além dos estabelecidos pelo Programa. Outro ponto importante é que, ao receber o auxílio a mulher assume, em contrapartida, uma série de obrigações, que são estabelecidas historicamente como função dela no mundo privado, como o cuidado com os filhos e também será discutida a questão do empoderamento feminino a partir de SEN (2000).

1.1 A mulher e a sociedade: Uma análise histórica de desigualdade de gênero

O papel da mulher dentro da sociedade é um tema que está em constante transformação. Ao longo de décadas pode-se ver diversas interpretações e atribuições às mulheres. Seu papel social mudou ao longo do tempo e sua maneira de ser vista socialmente também.

Uma forma de ilustrar a transformação social que a mulher tem vivido, ao longo das décadas, seria abordar a questão da divisão primitiva do trabalho. Enquanto o homem pescava ou caçava, a mulher cuidava das tarefas domésticas, como tecer ou jardinagem, essas eram consideradas tarefas de grande produtividade naquela época segundo BEAUVOIR (1970) e desempenhavam um papel importante e respeitado dentro da vida econômica. Esse panorama muda quando a propriedade privada aparece, na medida que o homem se torna “dono” de tudo, inclusive da mulher que pertencia ao âmbito privado:

A mesma causa que assegurara à mulher sua autoridade anterior dentro da casa, seu confinamento nos trabalhos domésticos, essa mesma causa assegurava agora a preponderância do homem. O trabalho doméstico da mulher desaparecia, então, ao lado do trabalho produtivo do homem; o segundo era tudo, o primeiro um anexo insignificante. (BEAUVOIR, 1970. p. 74)

Nessa nova configuração a mulher torna-se oprimida, surgindo a família patriarcal, baseada na propriedade privada e fruto de toda desigualdade de gênero enfrentada pela mulher, até os dias de hoje.

Outra época que ilustra estas transformações é o século XVIII, mais especificamente na Revolução Francesa, segundo PERROT (1991), a mulher era vista como a representação do privado, ou seja, seu lugar era estar dentro de casa, no âmbito da família e aos cuidados de seu marido. Essa visão começa a mudar a partir dos primeiros avanços da mulher na sociedade, um deles vindo através do direito ao divórcio, que mesmo pequeno e limitador mostrava um avanço social e de reconhecimento da mulher como parte do âmbito *público*. O Direito não é assegurado as mulheres em todos os lugares do mundo.

Contudo a questão do casamento engloba uma série de fatores limitadores para as mulheres. PATEMAN (1988) explora a questão comparando o casamento, para mulher, como uma servidão, como se fosse uma escravidão da mulher para com o marido. A autora relata que até 1884, na Inglaterra, a mulher poderia ser até presa caso não concedesse os direitos conjugais para o marido. Além de casos de que o marido poderia manter a mulher aprisionada:

O direito conjugal dos maridos é o exemplo mais claro da maneira pela qual a origem moderna do direito político, enquanto direito sexual, é trazido por meio do contrato de casamento no direito de todos os membros da fraternidade da vida cotidiana. (PATEMAN, 1988. p. 185)

Ainda por volta do século XIX, o trabalho doméstico pode ser considerado como sendo predominantemente feminino. O conjunto de todas essas ideias e imposições às mulheres é refletido até hoje.

BEAUVOIR (1970) mostra a mulher como diretamente ligada à maternidade, como se para ela não existisse outra opção a não ser ter filhos:

É impossível assimilar muito simplesmente a gestação a um trabalho ou a um serviço, como o serviço militar. Viola-se mais profundamente a vida de uma mulher, dela exigindo-se filhos, do que regulamentando as ocupações dos cidadãos: nenhum Estado ousa jamais instituir o coito obrigatório. No ato sexual, na maternidade, a mulher não empenha somente tempo e forças mas ainda valores essenciais. (BEAUVOIR, 1970. p.78 a 79)

A mulher é vista como um modo de reprodução, de tal forma que, é impossível encarar a mulher como apenas uma força de trabalho, ou seja, apenas como uma trabalhadora. É como se essa opção não existisse, essa visão ainda é muito comum nos dias atuais. No caso do Programa Bolsa Família, objeto desse estudo, a maternidade está diretamente implicada nas condicionalidades e no respeito às individualidades para o recebimento do benefício.

O que se faz relevante é que para receber o auxílio à mulher deve ter uma série de responsabilidades com os filhos, devendo manter a criança na escola e regulares e devidos cuidados médicos. Reforçando atribuições sempre associadas às mulheres e quase nunca associadas aos homens. Mantendo o papel da mulher diretamente ligado ao mundo privado.

A relação sexual que une a mulher ao homem não é a mesma que êle mantém com ela; o laço que a prende ao filho é irreduzível (...) Reivindicar para ela todos os direitos, todas as possibilidades do ser humano em geral não significa que se deva deixar de enxergar sua situação singular. E para conhecê-la é preciso ir além do materialismo histórico que só vê no homem e na mulher entidades econômicas. (BEAUVOIR, 1970. P. 79 a 80)

Para ocorrer à mudança, da mulher somente como mãe para a mulher como agente social, BEAUVOIR (1970) fala sobre a sua emancipação e que, para ela acontecer é necessário que obtenha direitos jurídicos iguais ao do homem, além de deixar de ser vista somente como uma trabalhadora do âmbito doméstico.

A igualdade só se poderá restabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais, mas essa libertação exige a entrada de todo o sexo feminino na atividade pública. "A mulher só se emancipará quando puder participar em grande medida social na produção, e não for mais solicitada pelo trabalho doméstico senão numa medida insignificante. E isso só se tornou possível na grande indústria moderna, que não somente admite o trabalho da mulher em grande escala como ainda o exige formalmente. [...]" (BEAUVOIR, 1970 p.75)

Essa percepção de BEAUVOIR traz uma contribuição importante para o objeto de estudo: a mulher não somente como mãe, dentro do mundo privado doméstico, mas como

trabalhadora e com uma mudança no papel dentro da sociedade. As condições de buscar um trabalho, fora do mundo privado, sua independência financeira e a sua autonomia para estudar ou escolher como melhor definir seu futuro.

Para concluir pode-se dizer que, ao longo dos séculos, o papel da mulher e sua representatividade social mudaram. Hoje, a mulher é vista socialmente e economicamente como um agente ativo e importante dentro da sociedade, na maior parte do mundo. Ainda que essa discussão esteja evoluindo, e precise mais algumas décadas para se chegar a um ideal igualitário na divisão social de gênero, é possível ver um progresso acontecendo.

A partir dessa breve análise histórica do papel da mulher e as desigualdades de gênero enfrentadas, faz-se a necessidade de aprofundar o conceito de empoderamento, que está presente nas discussões feministas. Esse conceito busca ilustrar a questão feminista e trazer essa discussão para o mundo das beneficiárias do Programa Bolsa Família, a fim de mostrar a autonomia da mulher em diferentes situações e condições.

1.2 Empoderamento: Uma discussão entre o mundo privado e o público

O seguinte tópico do estudo propõe trazer o papel da mulher como *agente ativo de mudança*, e a mulher como protagonista dentro da sociedade. SEN (2000) traz a *condição de agente e bem-estar* feminino, e ilustra que o bem-estar para ser alcançado, esse que não é de direto, visto a desigualdade enfrentada socialmente pela mulher, deve acontecer através de mudanças e que essas mudanças tem as mulheres como agentes. “As privações relativas de bem - estar para as mulheres decerto estavam – e estão - presentes no mundo em que vivemos claramente têm importância para a justiça social, incluindo a justiça para as mulheres.” (SEN, 2000 p. 222)

O protagonismo da mulher em sua vida é um fator importante no alcance do bem-estar. Ter sua renda independente, ter um emprego que seja fora de casa, assim como tomar *decisões dentro e fora da família*, são ações que fortalecem a mulher como agente individual, e ainda, fortalecem a noção de poder e autonomia nas ações cotidianas, enaltecendo a noção de empoderamento feminino.

O que SEN (2000) mostra é que quando isso não ocorre, a mulher que trabalha somente dentro de casa, muitas vezes, não sabe as privações que sofrem no âmbito familiar. Em muitos casos a mulher considera que seu trabalho dentro de casa, não é algo

“útil” por não trazer um recurso financeiro para a família. O que faz com que a família a diminua, e conseqüentemente a mulher se sente diminuída.

Quando a mulher passa a ter sua própria renda ela assume a posição de agente de mudanças, seja na sua própria vida ou nas mudanças sociais, tendo uma voz ativa perante as suas decisões. Além disso, a questão da propriedade de bens, colocada por SEN (2000), que se adquiridos da renda própria da mulher, faz com que ela se sinta e seja mais empoderada nas decisões dentro da família.

A questão da mulher como agente de mudanças está ligada ao problema de pesquisa proposto. SEN (2000) engloba todas as questões levantadas e enriquece a análise das mulheres no Programa Bolsa Família. A questão do empoderamento da mulher perante o recebimento do Bolsa Família, fazer a mulher ter o poder de decidir como aplicar o dinheiro, exercendo sua autonomia. E ainda, quando a mulher se capacita e estuda através do PRONATEC ela se empodera fora da família, no mundo público, conquistando um espaço de aprendizagem e capacitação profissional, de maneira que buscam melhores condições para sua vida e um emprego mais satisfatório.

O estudo que traz contribuições importantes para discutir o empoderamento das beneficiárias é o de RODRIGUES, SCHABBACH e MARX (2014). Nesse artigo é analisado o empoderamento feminino através do Programa RS Mais Igual, parte do Programa Estadual de Erradicação da Extrema Pobreza do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS), o qual destaca o papel da mulher e o reforço do estigma como responsável pelo cuidado da família. No mesmo sentido ZORZI (2008), expõe que o empoderamento gerado pelo auxílio é de grande importância e que as mulheres analisadas manifestam um *aumento na autoestima por se sentirem capazes de gerir o processo de seu trabalho*. (ZORZI, 2008, p. 4). A pesquisa realizada pelo Observatório de Políticas Sociais do Rio Grande do Sul sobre o Programa RS Mais Igual é de grande relevância para o tema. Nesta pesquisa foram aplicados 113 questionários com beneficiários. Os resultados alcançados apontam de maneira positiva as mudanças geradas na vida das beneficiárias, em relação à autonomia dada por serem as responsáveis por receber o auxílio.

Com a participação no Programa RS Mais Igual, está em processo o empoderamento das mulheres beneficiárias, no sentido de adquirirem poder sobre decisões importantes de sua vida, de seus filhos, família e comunidade, e de atuarem como agentes promotoras de bem-estar. (RODRIGUES, SCHABBACH e MARX , 2014 pág. 53)

Para fim de definir o conceito desse estudo, foi utilizado o empoderamento a partir da visão de ZORZI (2009) associada a RODRIGUES, SCHABBACH E MARX (2014), e ao conceito de *bem-estar* de SEN (2010). No intuito de buscar o empoderamento das beneficiárias através da tomada de decisões, e nas transformações da mulher como *agente ativo de mudança*.

Cabe ressaltar que a discussão do empoderamento e do que as beneficiárias recebem/ sentem é de extrema sutileza. Definir um sentimento, uma satisfação ou até um jeito da sociedade olhar de outra forma, para aquela mulher se dá de forma tênue. A autonomia das beneficiárias, e a feminina, é um grande avanço para a nossa sociedade. Porém a visão dessas mulheres como pessoas, a partir do conceito de cidadania, merece atenção, e observador capaz de enxergar que nessas mulheres vive o desejo de serem reconhecidas, de terem seu espaço dentro da sociedade, uma vez que, para estudos como o de RABELO (2011) a questão da cidadania vem antes na vida dessas mulheres, muito antes do empoderamento feminino, é uma questão de cidadania e de respeito ao próximo. O presente estudo buscou esse olhar atento, e também atenção delicada às questões que envolvem a vida das mulheres que foram entrevistadas, e que constituem o universo desse estudo.

No capítulo seguinte buscaremos apresentar, e mostrar, a maneira que o Programa Bolsa Família e o PRONATEC funcionam como influem, e como intervém na vida das mulheres beneficiárias estudadas.

CAPÍTULO II: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O PRONATEC

Neste capítulo será apresentado o Programa Bolsa Família e as suas condicionalidades para os beneficiários. Suas categorias de benefícios e uma explanação acerca dos dados disponibilizados sobre esse Programa. A compreensão dos fatores que serão apresentados é de suma importância para o estudo, que tem como um dos seus objetivos entender como o programa funciona e como ele interfere na vida de seus beneficiados. Além disso, será mostrado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que tem um papel fundamental para o estudo, visto que será analisado dentro do contexto do empoderamento das beneficiárias do Programa Bolsa Família.

2.1 O Programa bolsa família e suas condicionalidades

O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família funciona com o objetivo de beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Hoje ele atinge todo território brasileiro e funciona através de uma transferência direta de renda, integrando o Plano Brasil sem Miséria *que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77,00 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos* (Ministério do Desenvolvimento Social, 2015).

O programa foi criado no ano de 2003, e é regulamentado pela LEI nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004.

O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. (BRASIL, lei nº 10.836)

A definição de famílias em situação de pobreza, dada pelo programa, se baseia em famílias com renda mensal de R\$77,01 a R\$154,00 reais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos em sua composição, e famílias de extrema pobreza com renda mensal de até R\$77,00 reais por pessoa.

Além disso, outro fator relevante para construção do estudo é que no Brasil, no ano de 2015, a porcentagem de mulheres que recebem o auxílio é de 56,2% em comparação aos 43,8% de homens MDS (2015). Ao longo dos anos essa variável dentro do programa vem se confirmando. Nos últimos anos o número de mulheres que são responsáveis por receber o auxílio vem se destacando, sempre em número maior em relação aos homens. Na cidade de Porto Alegre - RS, local onde foi aplicado o estudo, a porcentagem de mulheres beneficiárias é de 57,2% , já demonstrando um valor maior que o total do país.

Dentro desse contexto, a escolha pelo Programa Bolsa Família para o estudo se dá pelo fato de o programa ser um agente de mudança social, e também, de colocar as mulheres à frente das decisões, gerando autonomia nas escolhas para a aplicação do auxílio dentro da família.

O programa, que consiste em beneficiar famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, tem uma série de regulações para o seu funcionamento, em um primeiro momento as famílias, para receber o auxílio, precisam estar cadastradas no Cadastro Único, que é uma base de cadastro para os Programas Sociais do Governo Federal. Cada município e o Distrito Federal é responsável por esse cadastramento. Na maioria das cidades esse cadastro é realizado junto aos Centros de Referência de Assistência Social locais, conhecidos como CRAS. Em Porto Alegre, segundo o site da Prefeitura de Porto Alegre (2015), existem 22 CRAS que são divididos por região.

O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. (MDS, 2015)

Para realizar o cadastro é necessário apresentar um documento de identificação, como CPF ou título de eleitor do beneficiário que vai retirar o auxílio, definido como o Responsável pela Unidade Familiar (RF) pelo MDS. Em caso de famílias indígenas também

pode ser apresentado o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) ou outros documentos de identificação, como certidão de casamento, RG e carteira de trabalho. E para os outros componentes das famílias é necessário apresentar um documento de identificação, tal como certidão de nascimento, certidão de casamento, CPF, etc., segundo dados do Cadastro Único (2015). No caso do beneficiário e a família não possuírem documentos de identificação, é feita uma entrevista e os beneficiários são encaminhados para fazer os documentos, em caso da pessoa não ter registro é feita uma certidão de nascimento gratuito. Somente quando a documentação estiver pronta que o RF pode fazer o cadastro da família. Após o cadastro ser efetivado e o beneficiário estar recebendo o auxílio, ainda é preciso fazer uma atualização cadastral a cada dois anos e em casos de alguma alteração familiar, como algum membro da família vir a falecer, mudança de endereço, mudança de escola, entre outros.

Entretanto somente o cadastro não assegura que a família seja beneficiada. Para isso é necessário que seja feita uma avaliação da quantidade de famílias que já foram atendidas naquele município, respeitando o limite do orçamento do Governo Federal destinado ao Programa.

Após todos os procedimentos citados, quando a família é aprovada recebe um cartão para realizar o saque do valor depositado mensalmente. Esse cartão é vinculado a Caixa Econômica Federal (CAIXA) e todo mês, no dia estabelecido pelo calendário do Bolsa Família, o beneficiário saca, em qualquer CAIXA, o valor que lhe é destinado. Atualmente os valores pagos pelo Programa às famílias se enquadram em quatro Categorias definidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (2015): 1. Benefício básico; 2. Benefícios variáveis; 3. Benefício variável vinculado ao adolescente e 4. Benefício para superação da extrema pobreza.

Na primeira categoria a de *Benefício Básico*, se enquadram famílias extremamente pobres, o valor pago é de R\$77,00 reais mensais atualmente. Na segunda categoria dos *Benefícios variáveis*, se abrem mais três subcategorias: 1. *Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos*, na qual é exigido que tenham crianças de 0 a 15 anos nas famílias e que as de 6 a 15 anos tenham frequência escolar, e que a família possua renda mensal de até R\$154,00 por pessoa; 2. *Benefício Variável Vinculado à Gestante*, esse benefício é pago em nove parcelas, durante a gravidez, e a renda mensal da família também não pode ultrapassar R\$154,00 por pessoa; 3. *Benefício Variável Vinculado à Nutriz*, nessa categoria a família deve ter em sua constituição uma criança de 0 a 6 meses, e o valor

repassado é destinado para incrementar a alimentação do bebê. Nas três subcategorias o valor pago pelo Programa é de R\$35,00 por pessoa.

A terceira categoria, a de *Benefício variável vinculado ao adolescente* se encaixa a famílias com renda mensal de até R\$154,00 por pessoa e que tenham adolescentes de 16 a 17 anos, é exigida a frequência escolar dos mesmos para o recebimento do auxílio. O valor pago é de R\$42,00 por adolescente e só podendo ter dois por família.

A última categoria, a do *Benefício para superação da extrema pobreza* é a de famílias que mesmo após receberem todos os outros tipos de benefícios, citados a cima, do Programa ainda não possui uma renda superior a R\$77,00 reais. O valor pago é calculado de acordo com cada família.

Os valores repassados às famílias podem ser utilizados de várias formas, como para alimentação, para os estudos das crianças, roupas ou até para outros fins como define uma beneficiária do estudo de RABELO (2011).

-E no quê tu achas que o Bolsa ajuda a melhorar a vida da tua família? No quê ele mais ajuda?

- Ah, quando eu preciso comprar alguma roupa, alguma coisa... eu poder contar com ele. Se tá faltando alguma coisa, chega lá naquele dia, eu sei que eu lá, vou receber ele e vou comprar. Foi isso que mudou bastante, né.

- E teve alguma coisa que tu passaste a poder comprar que antes tu não podia, alguma coisa pra dentro de casa?

- Sim, sim, já paguei várias coisas com o Bolsa Família, porque faz anos que eu pego. De móvel, eu tô pagando uma televisão. O que mais eu comprei? Roupa pras gurias, sempre comprei com ele, não nego, não minto. Não comprei só comida. Eu compro comida, também, né. Uma conta que tu pode pagar R\$ 30,00 por mês, R\$ 40,00... Com o valor que eu recebo, dá pra pagar. (Lea, 44 anos, 4ª série, 6 filhos, não inserível) (RABELO, página 158, 2011)

Pode-se observar ao ler os relatos, que estão em toda extensão do estudo de RABELO (2011), o quanto esse dinheiro é importante para as beneficiárias. No sentido de ver a autonomia nas escolhas do que comprar, ver o que precisa em casa e até em poder fazer alguns agradados para os filhos, como algum tipo de presente ou uma comida que a criança goste. Além de em alguns casos o dinheiro ser empregado para construir uma peça nova dentro da casa, como um quarto a mais ou um banheiro, visando um maior conforto para família. Contudo para continuar a receber o auxílio do programa é necessário seguir

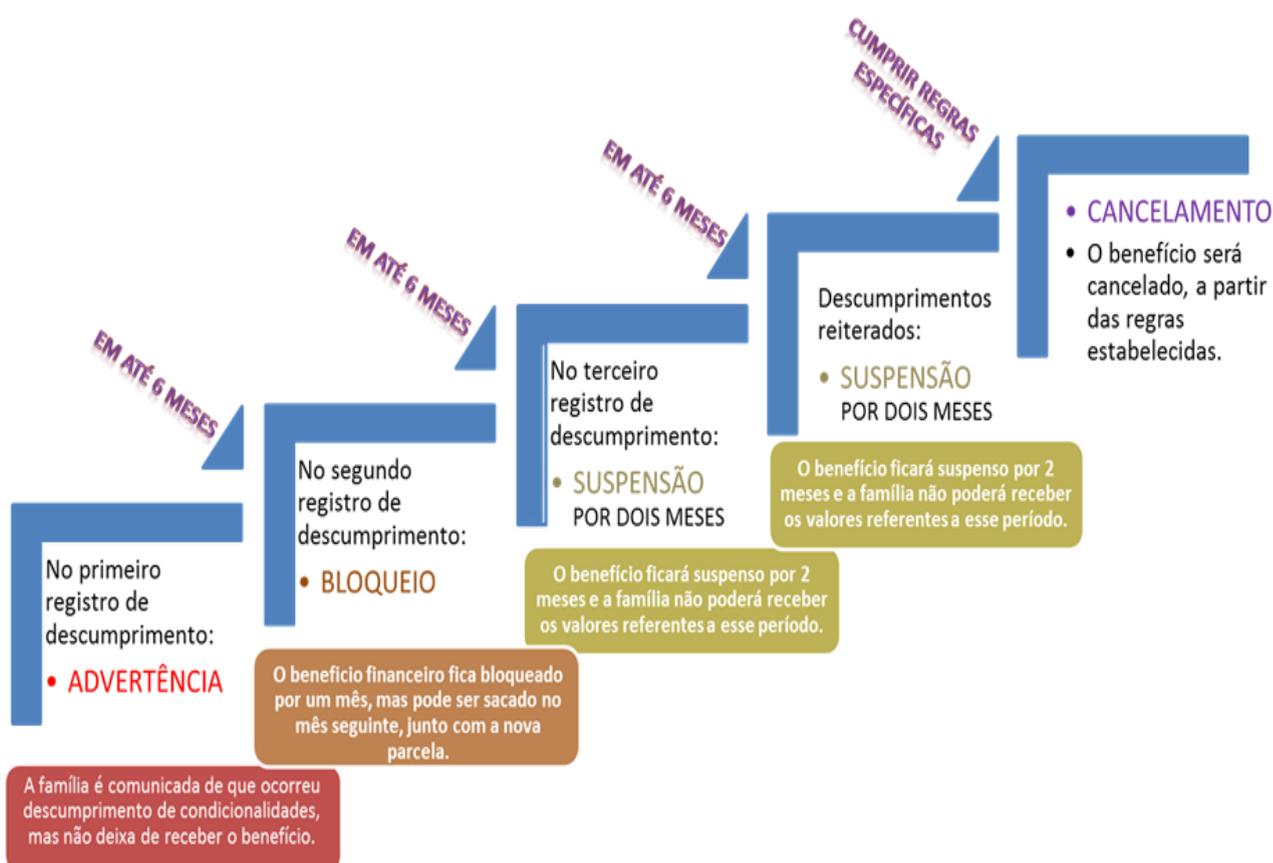
algumas regras pré-estabelecidas pelo Governo Federal. São as chamadas condicionalidades, que serão explicadas no próximo item desse capítulo.

As condicionalidades

O Programa Bolsa Família conta com algumas *condicionalidades* que o beneficiário deve seguir para continuar a receber o auxílio. Elas são baseadas em direitos básicos de qualquer cidadão: saúde, educação e assistência social.

Na educação crianças de 6 a 17 anos devem ter acompanhamento da frequência escolar, que deve ser de 75% ou mais, ele ocorre até cinco vezes ao ano, acompanhando cada bimestre. Na saúde são dois períodos, cada um em um semestre, ou seja, de 6 em 6 meses devem ter um acompanhamento médico.

Quando a família descumpre algum desses requisitos ela entra em um processo de 4 etapas definidas pelo MDS: A *advertência*, o *bloqueio*, a *suspensão* e o *cancelamento*. O processo é feito da seguinte maneira:



Fonte: MDS (2015)

Em alguns casos o descumprimento acontece por motivos que podem ser justificados, como erro no registro dos dados ou alguma situação específica da família.

Nesses casos o benefício é liberado automaticamente após a constatação do erro. Para isso é realizado um acompanhamento das famílias em situação de descumprimento das condicionalidades.

Os resultados do acompanhamento de educação e de saúde pelo poder público podem contribuir para o planejamento, a gestão e a prestação dos serviços socioassistenciais aos beneficiários do Bolsa Família. O acompanhamento familiar é um dos serviços oferecidos pela rede da assistência social e deve ser ofertado às famílias em descumprimento de condicionalidades, prioritariamente àquelas que estão com o benefício suspenso. (MDS,2015)

Um aspecto interessante para discussão desse estudo, dentro das condicionalidades, é que muitas vezes essas obrigações que as condicionalidades impõem ficam como responsabilidade das mulheres. A obrigação de levar os filhos à escola, a levar ao médico a ir até os CRAS. É como se de certa forma o Bolsa Família reforçasse o papel da mulher como a única responsável pelos filhos, isentando um pouco o papel do pai dentro da vida das crianças.

Alguns estudos apontam para esse quesito, que se faz relevante para a análise, o papel da mulher no Programa Bolsa Família é muito discutido no sentido de que ele reafirma o papel da mulher na tradicional associação a maternidade e a família. MARIANO (2009), entre outros estudos, analisam essa posição, da mulher com o papel de cuidar dos filhos e assumir as responsabilidades dentro do âmbito familiar. Essa posição não pode ser desconsiderada, no momento em que a mulher assume a família e as obrigações em manter as *condicionalidades* do programa.

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. (MDS, 2015)

O Programa Bolsa Família traz as condicionalidades para vida da mulher, mas também dá autonomia para essas mulheres. O programa segue a lógica de que o responsável pelo cadastro é que precisa manter as condicionalidades, mas a ele também é empregado à responsabilidade de receber o auxílio. Na medida em que somente essa pessoa poderá utilizar o dinheiro recebido, é como se fosse uma troca, com o intuito de garantir que os filhos estejam na escola e frequentando o posto de saúde.

Quanto à autonomia, que o programa oferece as beneficiárias, que pode ser analisada pelo âmbito privado, quando se trata de assuntos como os filhos, também pode ser vista pelo âmbito público. No seguinte tópico, vamos analisar como o PRONATEC funciona, e como ele pode fornecer a autonomia no âmbito público para as beneficiárias.

2.2 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) é um programa vinculado ao Bolsa Família, e disponibiliza mais de 600 cursos profissionalizantes em todo Brasil.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. (MEC, 2015)

O PRONATEC faz parte do Plano Brasil sem Miséria, assim como o Bolsa Família (MDS pra você, 2015). Todos os cursos ofertados para os beneficiários são gratuitos e com duração mínima de 160h/aula, além disso, as beneficiárias do Bolsa Família recebem o material didático e um auxílio para transporte e alimentação. As inscrições podem ser feitas diretamente no CRAS de apoio da região, ou diretamente no site do PRONATEC. O único documento solicitado é o CPF, e em casos do beneficiário não possuir, o próprio CRAS o encaminhará para a obtenção do documento. O público alvo do PRONATEC são

jovens a partir de 16 anos e adultos cadastrados no Cadastro único (2015) e para se inscrever o beneficiário precisa estar cursando o Ensino Médio ou já ter concluído.

Um relatório recente, o Relatório inclusão produtiva urbana: o que fez o PRONATEC / bolsa formação entre 2011 e 2014, de julho de 2015, do Ministério de Combate à Fome (MDS) 2015 e do Ministério da Educação, observa que os avanços alcançados, dados pelo PRONATEC, entre os anos de 2011 a 2014, mostram que o perfil de estudantes pertencentes ao Bolsa Família é formado por 71,9% de mulheres, sendo que 14% estão na faixa dos 22 aos 25 anos, seguidas das mulheres de 35 aos 44 anos com 10,5%, ou seja, mulheres na faixa empregatícia. O estudo revela que ao longo dos anos o percentual vem crescendo, e que a quantidade de mulheres inscritas supera o número de homens. Além disso, o fator idade influencia na maneira de como a mulher vem buscando uma condição melhor de vida através do estudo.

Este estudo buscou analisar essa característica nas entrevistas, se o programa está ajudando as beneficiárias, e se elas se sentem empoderadas estudando e trabalhando, e tendo oportunidades para construir um futuro melhor.

A seguir serão analisadas as entrevistas buscando a compreensão dos fatores levantados ao longo do processo.

CAPÍTULO III: A AUTONOMIA FEMININA: UMA VISÃO DAS BENEFICIÁRIAS

O capítulo tem por objetivo descrever as entrevistas realizadas para pesquisa, fazer uma análise dos dados coletados, e refutar, ou não, as hipóteses deste trabalho, bem como, discutir o problema de pesquisa dentro dos seus aspectos principais: a questão da autonomia das mulheres no mundo privado, dentro de suas famílias, e a questão da autonomia no mundo público, através do acesso ao PRONATEC.

As entrevistas serão analisadas a partir das falas das beneficiárias do Programa Bolsa Família. Também será traçado um perfil seguindo dados do Observatório de Políticas Sociais do Estado do Rio Grande do Sul (2014) e do IBGE (2015) da pesquisa mensal de emprego de outubro de 2015. Nessa etapa será realizada a comparação destes estudos a fim de estabelecer uma análise mais completa no mundo público.

Para compreender os aspectos que envolvem a autonomia no mundo público será realizada uma análise das beneficiárias no mercado de trabalho baseada nos anos de estudos das entrevistadas analisadas e também seus relatos em relação ao Programa Bolsa Família.

Para iniciar o capítulo vamos discutir quem são essas mulheres, mostrando um perfil traçado com o conjunto das entrevistas com os dados do IBGE (2015).

3.1. As beneficiárias, suas vozes e o trabalho para *elas*.

Como parte fundamental, para a obtenção dos resultados desse estudo, foram realizadas entrevistas com as beneficiárias do Programa Bolsa Família. Para iniciar a análise se fez necessário à compreensão do universo das beneficiárias, que foi realizado através do entendimento das questões que englobam o local de aplicação das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas em uma instituição no bairro Restinga, região extremo- Sul de Porto Alegre, a Sociedade Espírita Caravaneiros da Fraternidade (SECF). A escolha do local se deu tendo em vista a amplitude do bairro escolhido. O bairro Restinga é hoje um dos maiores de Porto Alegre, ele conta com 60.729 habitantes, o que representa 4,31% da população da cidade, segundo dados do Observa POA (2015).

No local escolhido para a aplicação dos questionários é realizado um trabalho assistencial junto à comunidade. A instituição auxilia a comunidade com a distribuição de alimentos, roupas, móveis e utensílios diversos, além de aos sábados ser servida uma sopa para as famílias que ali frequentam. As entrevistas foram realizadas aos sábados pela manhã,

justamente por ser o período em que há uma maior movimentação de pessoas, Devido a grande carência material das pessoas, muitas famílias recebem o auxílio do Programa Bolsa Família. Para a escolha das entrevistadas foi realizado, em um primeiro momento, um levantamento do número de mulheres que recebem o Bolsa Família, porém como o local não possuía esse controle, foi realizada uma contagem, nos sábados, dia em que as entrevistas foram aplicadas. As mulheres que recebiam o Bolsa Família ficaram em torno de vinte, sendo que oito foram entrevistadas.

Após essa primeira aproximação do local em que essas mulheres vivem /frequentam foram realizadas as entrevistas. As entrevistadas foram abordadas enquanto esperavam para o atendimento na SECF. A amostra foi escolhida conforme a disponibilidade delas.

Em um segundo momento, a análise se iniciou, com a elaboração de um quadro representando o perfil das entrevistadas, visando uma melhor compreensão do estudo. O seguinte quadro comporta a idade, cor/raça, escolaridade e trabalho:

Quadro 1 – Perfil das Beneficiárias entrevistadas

Nº entrevistada	Idade	Cor/ Raça autodeclarada	Nº Filhos	Escolaridade	Trabalho
1	40	parda	5	Ensino Fund. Inc. (Continua EJA)	Não
2	57	branca	5	Ensino Fund. Inc. (Continua EJA)	Sim (Catadora de latinha)
3	26	negra	5	Ensino Fund. Inc.	Não
4	24	negra	1	Ensino Fund. Inc.	Sim (Carrinho de reciclagem)
5	28	parda	3	Ensino Fund. Inc.	Sim (Faxina)
6	49	parda	2	Ensino Fund. Com.	Não
7	47	negra	8	Ensino Fund. Inc.	Não
8	35	branca	6	Ensino Fund. Inc.	Não

Fonte: Elaboração própria

O perfil traçado, das mulheres entrevistadas, comporta uma faixa etária de 24 a 57 anos. Três das entrevistadas se autodeclararam negras, três pardas e duas brancas. A faixa de

filhos ficou entre 01 a 08 filhos, sendo que três entrevistadas possuíam 5 filhos. A escolaridade das beneficiárias não varia muito, a maioria possui o Ensino Fundamental incompleto, com uma variação de anos de estudo de 01 a 08 anos, e três entrevistadas trabalham.

Esse perfil se assemelha muito ao que foi mostrado pelo Observatório de Políticas Sociais do Estado do Rio Grande do Sul, no Relatório Técnico Parcial: Síntese dos resultados obtidos, de 2014, sobre o programa RS Mais Igual. No relatório analisado é possível ver que o perfil das beneficiárias entrevistadas para o presente estudo é muito similar ao do total do RS. O Relatório é constituído por 170 entrevistas no total e todas foram realizadas com mulheres. Na tabela abaixo é possível verificar as semelhanças:

Tabela 1 – Perfil das Beneficiárias do RS Mais Igual, segundo Observatório de Políticas Sociais do Estado do Rio Grande do Sul

	Total entrevistadas RS (% válida)
Faixa etária	
De 21 a 30 anos	42,7
De 31 a 40 anos	32,9
De 41 a 50 anos	12,2
Mais de 50 anos	3,7
Número de filhos	
01 a 02 filhos	53,7
03 a 04 filhos	31,7
05 a 06 filhos	13,4
Mais de 06 filhos	1,2
Cor/ Raça autoclarada	
Branca	51,2
Negra	36,6
Parda	11
Escolaridade	
Ensino Fundamental Incompleto	55
Ensino Fundamental Completo	17

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Políticas Sociais do Estado do Rio Grande do Sul.

A maioria das mulheres entrevistadas, pelo Observatório de Políticas Sociais do Estado do Rio Grande do Sul, encontra-se na faixa de 21 a 40 anos, e possuem o Ensino Fundamental Incompleto, o mesmo perfil mostrado nas entrevistadas para esse estudo. Na caracterização de raça/cor autodeclarada é que há uma variação, no local das entrevistas 02 mulheres eram brancas, enquanto no total dos dados do Observatório de Políticas Sociais do Estado do Rio Grande do Sul 51,2% das mulheres eram brancas. Com relação ao número de filhos também foi encontrado uma variação, das entrevistadas apenas 02 ficavam na faixa de 01 a 02 filhos, enquanto que no perfil do total do RS essa faixa fica com o percentual mais elevado, de 53,7%.

É importante analisar que essa faixa etária, que contempla dos 21 a 40 anos, está inserida na faixa da população economicamente ativa, segundo dados do IBGE (2015). Porém as entrevistadas, quando analisadas pelo seu grau de escolaridade, também se enquadram no perfil de pessoas que estão em *menor* número dentro das economicamente ativas. O que mostra uma variação no perfil, ou seja, ao mesmo tempo em que estão dentro da idade mais ativa economicamente, também estão dentro do grau de escolaridade mais baixo, o que implica a colocação no *menor* número economicamente ativo. Nos dados do Observatório de Políticas Sociais do Estado do Rio Grande do Sul (2014) essa característica se reforça. As mulheres entrevistadas comportam o mesmo perfil em que as entrevistadas para o presente estudo. A comparação se faz interessante visto que mesmo em um universo pequeno, de apenas oito entrevistadas, a caracterização do perfil é muito semelhante a de um estudo maior realizado em todo RS. Contudo, o presente estudo tem por objetivo mostrar algumas características das entrevistadas, diferentes do Relatório analisado.

Para complementar o estudo, outra fonte de dados que mostra grande interesse do estudo IBGE, na pesquisa mensal sobre mercado de trabalho de outubro de 2015. Nessa pesquisa pode-se observar que a escolaridade em conjunto com a idade implicam no fator trabalho. Entre as entrevistadas três trabalham, o que reforça a ideia de que quanto mais anos de estudo, maior a garantia de trabalho. É importante ressaltar o universo em que as entrevistadas se encontram, e como ele influencia nos anos de estudos. É estimado que os anos de estudos das entrevistadas variem de 01 ano até 08 anos, e que esse fator tem influência direta com a relação trabalho e renda da família em que se insere.

Para compreender melhor os dados apresentados, a tabela abaixo foi elaborada a partir de dados do IBGE (2015), e mostra um comparativo entre os fatores idade e anos de estudos da população economicamente ativa. Essa população é classificada pelo IBGE como o

conjunto da população ocupada, que são pessoas que tem um emprego, tem seu negócio próprio ou trabalham sem remuneração, e também da população desocupada, isto é, das pessoas que não tinham trabalho, mas estavam procurando emprego. A seguir um comparativo da soma dos dados da população economicamente ativa de algumas regiões metropolitanas do Brasil com a soma de Porto Alegre.

Tabela 2 – População economicamente ativa – IBGE, outubro de 2015.

População economicamente ativa	Total das seis áreas (%)*	Porto Alegre (%)
Sexo:		
Feminino	46,6	47,1
Masculino	53,4	52,9
Condição Domicílio:		
Principal Responsável	47,9	47,5
Outros membros	52,1	52,5
Faixa etária		
18 a 24 anos	12,8	14,0
25 a 49 anos	60,9	59,4
50 anos ou mais	25,1	24,8
Anos de Estudos		
Sem instrução e menos de 1 ano	1,2	0,8
01 a 03 anos	2,3	2,2
04 a 07 anos	13,5	16,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego. Modificada para estudo. Outubro 2015.

*Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre.

Embora os fatores levantados deixem evidentes que as entrevistadas comportam uma faixa ativa, e que os anos de estudos influenciam sobre não estarem inseridas no mercado de trabalho, também se faz importante ressaltar que há algumas variáveis a considerar: não estão inseridas no mercado de trabalho, e os dados não contemplam. Como descreve a entrevistada de número 3:

- Olha... Tá aqui na minha carteira (de trabalho).
- Não precisa ser necessariamente de carteira assinada..
- Não, trabalhei só de carteira mesmo.
- Três empregos é isso?
- O último eu fiquei mais de dois anos. Quase dois, um e nove.
- E qual que ficou mais tempo? Esse que é quase dois anos?
- É porque... é num... no motel..
- O que tu fazia lá?
- Eu era camareira , saí por causa do meu nenê que é intolerante a lactose.. ele depende só de mim (pra se alimentar). (Entrevistada de número 3)

Esse exemplo contempla o universo das entrevistadas, todas falaram que ter filhos influencia diretamente no trabalho. Que os filhos dependem exclusivamente delas para os cuidados e para o sustento. A entrevistada de número 3, por exemplo, tinha um bebê de apenas 11 meses, e não podia deixar em creches, porque o bebê era intolerante à lactose.

Além disso, muitas argumentam que não há vagas nas creches públicas para todas, o que dificulta ainda mais, pois necessitam pagar alguém para ficar com a criança no turno inverso ao da escola.

À mulher no seu papel de mãe somente continua sendo reforçado ao receber o benefício do Bolsa Família, pois só isso não dá a autonomia que ela precisa para buscar um emprego. É preciso um conjunto de esforços para que essa mulher, que também é mãe, consiga sair de casa em busca de um empoderamento no âmbito público. Quando indagadas diretamente sobre o Bolsa Família, todas afirmaram que o benefício ajuda, mas que não é o suficiente, pois não garante uma independência, como mostra a entrevistada de número 5:

- Você se sente mais independente? De que forma?
- Na verdade não, porque é muito pouco né.. não tem nem como tu te sentir independente com R\$ 200 reais. Mas na verdade não.. a verdade é uma ajuda bem pouco que não dá pra quase nada.. na verdade eu acho que não, consideraria que não.. (Entrevistada de número 5).

O que reforça isso é que as entrevistadas quando indagadas pela questão do estudo responderam apontando com os mesmos problemas, pois com toda a responsabilidade, com os filhos a depender somente dos cuidados delas, argumentam com a dificuldade em conseguir manter a relação filhos, trabalho e estudos.

- Ah no momento não... pra mim não dá, tenho problema de saúde, é as crianças, é.. neto é tudo.. daí não. (Entrevistada de número 7)

- Só se for à noite... até pra ajudar ela porque hoje em dia.... tá bem diferente tudo. Eu tinha 15 anos quando terminei.. há trinta anos atrás

- Muda muito ne?

- Sim! Mudou. (Entrevistada de número 6)

Outra questão que aparece nas entrevistas é que, no caso da escola mais próxima das entrevistadas, não é aceito levar as crianças para assistirem as aulas. Na escola próxima a região estudada, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Alberto Pasqualini, há um curso para Educação de Jovens e Adultos (EJA) e não poder levar as crianças para a escola influencia a decisão de continuar os estudos. A mulher, mais uma vez é colocada como única responsável pelos filhos. As entrevistadas que estudam no EJA, no total de duas, uma delas com filhos mais velhos que podiam cuidar dos mais novos, a outra já não tinham filhos pequenos, e ainda, estava estudando para se alfabetizar.

No entanto, a questão levantada como hipótese no início do estudo não se confirmou, nas entrevistas realizadas, a hipótese de que as beneficiárias ganhavam autonomia com o Bolsa Família através do incentivo aos estudos pelo PRONATEC. Para se confirmar que essa é uma realidade seria preciso estudos mais aprofundados, este estudo apenas traz o resultado de oito entrevistas realizadas, o que não é suficiente para confirmar de fato essa hipótese dentro de todo o universo das beneficiárias do Programa Bolsa Família. Vale ressaltar: nenhuma entrevistada estudava pelo PRONATEC, e apenas uma o conhecia, aquela que frequenta o EJA, ela também manifestava um grande interesse em estudar pelo programa.

-Eu gostaria muito! Pode colocar ai! Quero estudar no PRONATEC de graça! (Entrevistada de número 2)

Entretanto, quando perguntadas se tinham vontade de estudar em outro momento, todas afirmaram que sim, e em todas foi possível ver o entusiasmo diante dos estudos. Como evidenciam as entrevistadas:

- E tu gostaria de estudar? Tu falou né? - Claro! (Risadas)
- Porque tu tens vontade de estudar?
- Por causa do desemprego né..
- Para trabalhar?
- Claro!!!
- Tu te sentes melhor trabalhando? Te sentes mais independente?
- Claro! Aham. (Entrevistada de número 3)

- Se eu tivesse condições sim, porque tudo depende de alguém. Até gostaria, mas não no momento
- E por que?
- Pra fazer curso, pra ter emprego, pra se profissionalizar pro futuro. (Entrevistada de número 5)

- Tenho, tenho muita vontade!
- Por que?
- Porque hoje em dia eles pedem, quem tá estudando tem mais recurso, quem tá estudando hoje.. Saber ler e escrever, porque hoje quem pega até de varrer rua precisa de lê e escreve. (Entrevistada de número 8)

A vontade de estudar ficou nítida nas entrevistas, a forma com que as entrevistadas falaram dos estudos foi muito encantadora. Os motivos para quererem voltar a estudar variaram entre buscar um emprego melhor e aprender para ajudar os filhos na escola.

Os dados analisados, elaborados a partir dos relatos das beneficiárias, podem conduzir a conclusão de que a autonomia no âmbito público ainda não é suficiente na vida delas apesar do Programa Bolsa Família, e por mais esforços que façam em se vincular ao Pronatec. Para que isso de fato ocorra é necessário um conjunto de melhorias na vida das beneficiárias. Das entrevistadas nenhuma possuía o Ensino Fundamental completo, o que retrata uma dificuldade maior em acessar o Pronatec, uma vez que para ter acesso, as beneficiárias precisam ter terminado o Ensino Médio. É preciso rever as políticas de incentivo aos estudos, pois nesse caso analisado, mesmo que com uma amostra pequena, podemos perceber que as chances de retomar os estudos não estão contemplando a vida das beneficiárias do Bolsa Família. Além disso, a questão dos filhos ainda é muito forte, é uma

sobrecarga, e a responsabilidade com eles ainda recai inteiramente à mulher. Das entrevistadas apenas uma possuía um companheiro que morava com ela, as outras sequer recebiam pensão alimentícia.

Os resultados das entrevistas apontam para as dificuldades para encontrar um lugar para os filhos ficarem durante o período dos cursos das mães; possuir um trabalho de tempo integral (manhã e tarde) e organizar horários para realizar um dos cursos que são oferecidos. Observa-se que a maior dificuldade para estudar é não ter onde ou com quem deixar os filhos durante o período das aulas.

Seria importante pensar que embora o Bolsa família ajude financeiramente é inegável que o alcance do programa ainda é pouco quando se trata em ajudar a mulher a ter a autonomia para buscar a profissionalização e sair do âmbito privado.

A complementação do auxílio, com por exemplo, ampliação no número de vagas nas creches faria muita diferença nesse caso, pois a vontade de estudar, de trabalhar e buscar autonomia está presente nas entrevistas. As entrevistadas se mostraram mulheres fortes que buscam apenas o sustento e respeito a seus filhos. Muitas vezes deixaram de lado a sua própria autonomia para alcançar isso.

Quando perguntado se o Bolsa Família gerava independência, e se elas se sentiam independentes, as respostas eram quase iguais, diziam que se sentiam independentes na medida em que tinham dinheiro para comprar alimentos para os filhos. Nenhuma entrevistada falou do uso do benefício para si, quando perguntado.

Para análise dessa situação, que está inserida dentro de outro contexto, a do âmbito privado, iremos para o próximo tópico para discutir em conjunto com as falas das beneficiárias.

3.2 As beneficiárias e o mundo privado

Nas entrevistas foi feita uma divisão entre as mulheres no trabalho e as mulheres quanto ao Programa Bolsa família. Essa segunda questão engloba o contexto do âmbito privado na vida dessas mulheres.

Igualmente como foram as respostas quanto ao trabalho, nas questões do Programa BF, todas falaram principalmente sobre os filhos. A abrangência do mundo privado na vida das beneficiárias compreende-as sobre tudo. Muitas falavam que somente os filhos

importavam, e que era para eles o Bolsa Família, era para eles que viviam. É evidente que isso se explica pela falta de se ter um sustento, um jeito de alimentar, vestir e educar os filhos. Visto que as beneficiárias vinham de famílias com poucos recursos financeiros.

Quando perguntado para o que elas usam o benefício, as respostas foram direcionadas a três aspectos principais: comprar alimentos, material para os filhos estudarem, e comprar roupas, todas relacionadas aos filhos. Como mostra a entrevistada de número 8: *“Eu uso pro alimento deles, e pro material escolar e pra comprar roupa. ”*

O Bolsa família é essencial para todas as entrevistadas, e o uso dele é direcionado principalmente a *dar comida aos filhos*. As falas da seguinte entrevistada reproduzem bem o contexto em que estão inseridas:

- Não.. ele dá uma ajuuuda.. não digo que aa.. dá até o fim do mês.. não dá! É mentira! mas ajuda, ajuda bastante. Compra arroz pro meus filho. porque né.. não dá pra passar fome.
- E ele te dá uma independência, te ajuda nesse sentido?
-Me ajuda, meus filho dependem só da bolsa senão meus filho morrem de fome. (Entrevistadas de número 3)

- Olha muita coisa...
- É? Ele te ajuda bastante então?
- Baah.. se eu te contar uma história.. Uma vez eu não tinha o que dá pros meu filho, bem no dia do meu.. não tinha um arroz, um dinheiro pra comprar, no fim do ano passado.. e eu fui no CRAS.. e ela disse que meu dinheiro tava depositado.. foi o dia mais feliz da minha vida! Aham...
- Te ajuda mesmo né.
- Bah!! (Entrevistadas de número 3)

A entrevistada de número 5, que trabalha fazendo algumas faxinas, retrata uma situação parecida, mas um pouco diferente na hora de gerenciar o benefício.

A eu pago as continhas da casa, compro as coisas deles, pago também as coisas com as minhas faxinas. Compro coisas pra eles.. isso ai. (Entrevistada de número 5)

Essa mesma beneficiária foi a mesma que ao falar sobre estudar falou que gostaria de estudar para se profissionalizar.

No entanto para as beneficiárias a questão do âmbito privado era predominante em suas vidas. Todas ficavam em casa e cuidavam dos filhos. Apenas as duas entrevistadas que estudavam, através do EJA, mostravam uma maior interação com o âmbito público, embora pequena.

Em uma análise geral do contexto de vida das mulheres entrevistadas, é perceptível como o papel da mulher como mãe, dona de casa, e sem escolhas se reforça nessa situação. A mulher vista somente dentro de casa para os cuidados com os filhos, é como se a ideia de BEAUVOIR (1970) fosse ainda presente quando aplicada a esse contexto, a da mulher vista somente como mãe, incapaz de exercer outras funções. Exige-se dela o cuidado com os filhos, dispondo de que *a mulher não empenha somente tempo e forças mas ainda valores essenciais*. (BEAUVOIR, 1970. Pág. 79). É como se a mulher uma vez sendo mãe, jamais será vista como outra coisa e que somente ela deve cuidar dos filhos.

Por fim, o que se evidencia nesse estudo é que a mulher, no contexto dado pela pequena amostra das oito entrevistas realizadas, quer ir para o âmbito público, estudar, trabalhar, mas enfrenta barreiras, e acaba por não conseguir. A afirmação da mulher no âmbito privado se reforça no estudo, embora que quando questionamos as beneficiárias entrevistadas vemos que suas vontades vão além do que é traçado para elas.

CAPÍTULO IV: CONCLUSÕES

O presente estudo buscou investigar como o Programa Bolsa Família influi na vida das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Se o recebimento do auxílio ajuda a promover uma autonomia nas mulheres entrevistadas dentro dos dois pontos principais delimitados no início da pesquisa: O da autonomia da mulher dentro do mundo privado e o da autonomia no mundo público, através do acesso ao PRONATEC.

Para isso foram realizadas entrevistas com algumas beneficiárias do Programa Bolsa Família que residiam em Porto Alegre na região extremo- sul no bairro Restinga. A amostra do estudo contou com oito beneficiárias e para complementação dos dados, visto que a amostra era insuficiente, foram utilizados dados do Observatório de Políticas Sociais do Estado do Rio Grande do Sul (2014) e do IBGE (2015) para a análise.

Para compreensão dos fenômenos é importante ressaltar que a análise partiu dos conceitos de ZORZI (2009) associada a RODRIGUES, SCHABBACH E MARX (2014), e ao conceito de *bem-estar* de SEN (2010), buscando o empoderamento das beneficiárias através da tomada de decisões e nas transformações da mulher como *agente ativo de mudança*.

Com esse contexto mostrado, os resultados alcançados com o estudo apontam que as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família ainda encontram diversas dificuldades para alcançar uma autonomia no âmbito público e foi identificado que as mulheres beneficiárias analisadas não estavam estudando através do PRONATEC. Ao contrário do que mostra o relatório do Ministério do Combate à Fome (MDS, 2015) sobre os avanços alcançados pelo PRONATEC (2015), que constatou um avanço no número de mulheres inscritas no programa entre os anos de 2011 a 2014. Ao analisar os dados do Observatório de Políticas Sociais do Estado do Rio Grande do Sul (2014) também é possível ver que as mulheres não estão estudando através do programa, visto que 55% das mulheres entrevistadas no RS não tinham o Ensino Fundamental completo, o que implica na condição principal de acesso ao programa, que é estar cursando ou ter concluído o Ensino Médio. É possível constatar que há uma deficiência nas políticas de incentivo ao estudo, visto que as beneficiárias não conseguem ter acesso nem ao ensino básico, é preciso levantar essa questão e preencher essa lacuna que o Estado deixa. Além disso, as entrevistadas desse estudo apontaram os motivos para não estarem estudando ou trabalhando, já que a maioria dos casos

ocorre pela grande dependência dos filhos, já que são as responsáveis por eles. Para a mulher beneficiária alcançar sua autonomia no âmbito público é necessário um conjunto de fatores interligados, como a ampliação do número de vagas nas creches públicas, para que elas possam deixar os filhos enquanto estudam, e mais do que isso rever quanto tempo ou até que série escolar essas mulheres conseguiram estudar e então construir um programa de incentivo aos estudos que supra as necessidades delas.

A conclusão do estudo é que as mulheres mesmo após começarem a receber o Bolsa Família tem dificuldade em alcançar a autonomia no âmbito público. O programa é para elas uma forma de alimentar os filhos e de mantê-los na escola. Embora o Bolsa Família não tenha como objetivo pensar na autonomia das beneficiárias no mundo público, pois a superação das privações de liberdades através do Programa Bolsa Família, é importante na medida em que gera o desenvolvimento das capacidades das pessoas pobres e excluídas socialmente. (SEN, 2000). Dando a elas uma autonomia em gerenciar o benefício e aplicá-lo da maneira que julgarem correta o que poderia indicar uma autonomia somente no âmbito privado.

Quando analisamos a autonomia das beneficiárias no âmbito privado as respostas das entrevistadas também ficam em torno dos filhos. A autonomia neste caso se dá na tomada de decisões e principalmente na de onde empregar o benefício, que sempre é destinado aos filhos. Analisar a autonomia que o Bolsa Família gerada, nesses casos, acaba por ser muito sutil, visto que a maioria das entrevistadas não tinham companheiro/ marido, o que faz com que as mulheres a situação de gestora da casa, dos filhos, etc.

As entrevistadas mostraram que são as responsáveis em gerenciar o auxílio e que possuíam o cartão do Bolsa Família em seus nomes, o que assegura que somente elas podem sacar o benefício. A autonomia privada é um aspecto difícil de analisar, visto que só uma das entrevistadas possuía um companheiro. Todas as outras beneficiárias não tinham um companheiro/ marido o que por si dá a elas toda a responsabilidade de administrar o benefício e cuidar dos filhos. Embora as entrevistadas tenham essa grande responsabilidade no âmbito privado de suas vidas, elas também sentem a necessidade de adquirir a autonomia no âmbito público. As mulheres entrevistadas mostraram um grande entusiasmo para estudar e trabalhar. Mostraram que sentem falta desse aspecto em suas vidas e além disso algumas mostraram ter grande consciência da importância de estudar para se qualificar para o mercado de trabalho.

A conclusão que podemos chegar é a importância da mulher beneficiária e a sua relação de única responsável pelos filhos, de modo que não consegue ter a sua própria

autonomia para estudar ou ter um emprego. O que deveria entrar na discussão sobre o Programa Bolsa Família é o direito dessas mulheres poderem se inserir no âmbito público, através do trabalho e da formação.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 4ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 309p.

BOURDIEU, Pierre. *Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*. 7ª Edição Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 340p.

BRASIL. Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. *Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências*. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 11 junho 2015.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Centro de estudos internacionais sobre governo (CEGOV) - *Relatório Técnico Parcial: Síntese dos resultados obtidos*. Disponível em: < https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_61.pdf >. Acessado em 26 de novembro de 2015.

HÖFLING, E. de M. "Estado e políticas (públicas) sociais". Cadernos CEDES, Campinas, v.21, no 55, nov. 2001.

INDICADORES IBGE - *Pesquisa Mensal de Emprego/ outubro 2015*. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2015/pme_201510pubCompleta.pdf>. Acessado em 20 de novembro de 2015.

MARIANO, Silvana Aparecida. *Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família*. *Estudos Feministas*. Vol. 17 no. 3 Florianópolis Sept./Dec. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> Acessado em 20 de Maio de 2015

_____. *Aplicações*. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php> Acessado em 04 de outubro de 2015.

_____. Disponível em:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagidata/METRO/metro_ds.php?p_id=72&p_ibge=4&p_geo=0&p_ibge=43&p_geo=0&p_search=Porto%20Alegre> Acessado em 01 de outubro de 2015.

_____. *Bolsa família*. Disponível em:

<www.mds.gov.br/bolsafamilia> cessado em 15 de julho de 2015.

_____. *Brasil sem miséria*. Disponível em:

<<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e>> Acessado em 07 de outubro de 2015.

_____. *Cursos de qualificação profissional*. Disponível em:

<<http://mdspravoce.mds.gov.br/cursos-de-qualificacao-profissional>> Acessado em 23 de agosto de 2015.

_____. *Condicionalidades Bolsa Família*. Disponível em:

<<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>> Acessado em 05 de outubro de 2015.

_____. *Perguntas Frequentes Bolsa Família*. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntasfrequentebolsafamilia/condicionalidades/beneficiario/condicionalidades>> Acessado em 10 de junho de 2015.

MINISTÉRIO DE COMBATE À FOME E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Inclusão produtiva urbana: o que fez o PRONATEC / bolsa formação entre 2011 e 2014*. Disponível em:

<

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/Caderno%20de%20Estudos%20Pronatec%20-%202024.pdf>. Acessado em 15 de agosto de 2015.

OBSERVA POA- *Porto Alegre em Análise / Bairro Restinga*. Disponível em:

<<http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regioes=93,0,0>>. Acessado em 14 de novembro de 2015.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 348 p.

PORTO ALEGRE. Assistência Social. Disponível em:

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=118#Endere_os> Acessado em 09 de outubro de 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELI, Cesar A. Barcellos. (Org.) *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. 148 p.

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO (PRONATEC). Disponível em: < <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec> >. Acessado em 07 de outubro de 2015.

RABELO, Mercedes. *Redistribuição e reconhecimento no Programa bolsa família: a voz das beneficiárias*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2011.

RODRIGUES, Alexandre Ben; SCHABBACH, Letícia Maria; MARX, Vanessa. *Cidadania, empoderamento feminino e promoção familiar através das políticas sociais de transferência de renda*. In.: *Políticas Para Família, Gênero e Geração* / Jurema Gorski Brites, Leticia Schabbach, organizadoras – Porto Alegre : UFRGS/CEGOV, 2014.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

ZORZI, Analisa. *Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf mulher em Ijuí- RS*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE I- Roteiro de entrevista – Beneficiárias do Bolsa Família Porto Alegre / CRAS - Restinga

Número da entrevistada: _____

IDENTIFICAÇÃO

1. IDADE _____ anos

2. COR/ RAÇA - AUTODECLARADA

a. Branca b. Negra c. Parda d. Amarela e. Indígena

3. ESTADO CIVIL

a. Casada b. Solteira c. Separada d. Divorciada e. Viúva
f. União Estável

4. FILHOS

a. Possui b. Não Possui c. Em caso positivo, quantos? ____

5. ESCOLARIDADE

a. Ensino Fundamental Incompleto b. Ensino Fundamental completo
c. Ensino Médio incompleto d. Ensino Médio completo
e. Ensino Técnico f. Superior – Graduação

6. CONTINUA ESTUDANDO?

a. Sim b. Não

7. TRABALHA?

a. Sim b. Não **Onde?** _____.

Programa Bolsa Família e PRONATEC

8. HÁ QUANTO TEMPO RECEBE O BOLSA FAMÍLIA (EM MESES/ANOS)

_____.

9. COMO ENTROU NO PROGRAMA?

10. VOCÊ SABE COMO O PROGRAMA FUNCIONA? E QUAIS AS CONDICIONALIDADES?

11. VOCÊ POSSUI O CARTÃO DO BOLSA FAMÍLIA E ADMINISTRA O BENEFÍCIO?

12. COMO VOCÊ USA O BENEFÍCIO DO PROGRAMA? VOCÊ ESCOLHE COMO DESTINAR O DINHEIRO?

PRONATEC

13. VOCÊ CONHECE O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)?

a. Sim b. Não

13. EM CASO POSITIVO, PARTICIPA DELE?

a. Sim b. Não

14. E O QUE VOCÊ BUSCA COM O PRONATEC?

TRAJETÓRIA OCUPACIONAL/ EMPREGOS

15. QUANTOS EMPREGOS JÁ TEVE DESDE O INÍCIO DO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO? _____.

16. QUAL O EMPREGO QUE DUROU MAIS TEMPO? QUANTO TEMPO?

17. JÁ TEVE CARTEIRA ASSINADA? QUANTO TEMPO?

18. O BOLSA FAMÍLIA É SUA ÚNICA FONTE DE RENDA ATUAL?

a. Sim b. Não

PERGUNTAS ABERTAS

19. COMO VOCÊ SE SENTE AO RECEBER O BOLSA FAMÍLIA?

20. O QUE MUDOU NA SUA VIDA DEPOIS DE COMEÇAR A RECEBER O BOLSA FAMÍLIA?

CASO PARTICIPE DO PRONATEC

21. O QUE MUDOU APÓS COMEÇAR OS ESTUDOS NO PRONATEC?

22. VOCÊ SE SENTE MAIS INDEPENDENTE? DE QUE FORMA?

23. VOCÊ BUSCARÁ UM EMPREGO APÓS TERMINAR OS ESTUDOS?

24. VOCÊ ACHA QUE O PRONATEC PODE SER UM MEIO PARA CONSEGUIR UM EMPREGO COM UM SALÁRIO MELHOR? EXPLIQUE.

CASO NÃO ESTUDE ATRAVÉS DO PRONATEC

25. VOCÊ GOSTARIA DE ESTUDAR PELO PRONATEC? EXPLIQUE.

26. VOCÊ GOSTARIA DE VOLTAR A ESTUDAR?

APÊNDICE II - Termo de compromisso com as entrevistadas



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia

Título da pesquisa: O empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família em Porto Alegre: o caso Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Restinga.

Pesquisadora responsável: Mariana Weber Dias
E-mail para contato: mweberdias@gmail.com

Prezada,

Essa é uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Ciências Sociais da UFRGS. A pesquisa trata sobre o Programa Bolsa Família e tem como foco o CRAS Restinga, por isto contar com a sua colaboração é muito importante para a realização desta pesquisa.

Gostaria de salientar alguns pontos sobre a entrevista:

- Essa carta é um convite para responder, de forma voluntária, o questionário.
- A pesquisadora fica a disposição para quaisquer dúvidas quanto à pesquisa.
- Você poderá desistir a qualquer momento de responder ao questionário.
- As informações fornecidas nessa entrevista serão utilizadas pela pesquisadora responsável, mantendo o sigilo da sua identidade. Serão utilizados números no lugar dos nomes das entrevistadas.

Agradeço a sua participação,

Assinatura da pesquisadora
Mariana Weber Dias
Aluna de graduação em Ciências Sociais - UFRGS